

O PAPEL DA ÁGUA PARA A PRÁTICA DE POLÍTICAS DISTINTAS POR PARTE DE ISRAEL ENTRE OS TERRITÓRIOS DA CISJORDÂNIA E DA FAIXA DE GAZA

Leonardo Luiz Silveira da Silva

Graduação em geografia, especialização em Gestão de políticas Sociais, mestre em Relações Internacionais, Doutor em Geografia. E-mail: leoluizbh@hotmail.com

RESUMO: Este artigo trata de um resgate histórico de um importante período da história do conflito palestino-israelense delimitado pelo íterim compreendido pelos Acordos de Oslo (1993) e a implementação do Plano de Retirada Unilateral de Israel (2005). Por intermédio de uma metodologia dedutiva, o artigo propõe uma avaliação do quadro de disponibilidade e consumo hídrico nos Territórios Palestinos Ocupados e em Israel no início dos anos 1990, no intuito de apresentar o papel dos recursos hídricos como motivador de práticas territoriais tão distintas por parte de Israel entre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. O artigo não possui a pretensão de apontar a questão hídrica como único motivador do fazer geopolítico israelense, mas pretende problematizar os diferentes valores estratégicos dos territórios palestinos no que tange à oferta de água, visando à proposição de um olhar atento ao peso do recurso natural no subsolo da Cisjordânia como um entrave às pretensões palestinas. A escolha dos eventos delimitadores do íterim analisado se deve à diferença observada no valor estratégico dos territórios palestinos analisados em sua ocasião, fato que motivou o levantamento de dados coerentes com o contexto histórico da época. O artigo chega ainda à conclusão de que os recursos hídricos do subsolo da Cisjordânia desempenham um papel muito relevante no que diz respeito à prática de políticas discriminatórias por parte de Israel sobre os Territórios Palestinos Ocupados.

Palavras-chave: Recursos Hídricos; Cisjordânia; Faixa de Gaza; Israel.

THE ROLE OF WATER TO THE PRACTICE OF DIFFERENT POLITICS BY ISRAEL BETWEEN THE TERRITORIES OF THE WEST BANK AND THE GAZA STRIP

ABSTRACT: This article deals with a historical rescue of an important period in the history of the Palestinian-Israeli conflict, delimited by the interim under the Oslo Accords (1993) and the implementation of Israel's Unilateral Withdrawal Plan (2005). Through a deductive methodology, the article proposes an assessment of the availability and water consumption framework in the

Occupied Palestinian Territories and in Israel in the early 1990s, in order to present the role of water resources as a motivator of discriminatory policies practices of Israel between the West Bank and the Gaza Strip. The article does not pretend to point to the water issue as the only motivator of the Israeli geopolitical practice, but intends to problematize the different strategic values of the Palestinian territories in relation to the water supply, aiming at the proposal of a careful look at the weight of the natural resource in the subsoil of the West Bank as an obstacle to Palestinian pretensions. The analysis of the two events is due to the difference observed in the strategic value of the Palestinian territories analyzed in its occasion, which motivated the collection of data coherent with the historical context of nineties. This article further concludes that the water resources of the West Bank subsoil play a very important role in the practice of discriminatory policies by Israel over the Occupied Palestinian Territories.

Keywords: Water Resources; West Bank; Gaza Strip; Israel.

1 INTRODUÇÃO

Em Agosto de 2005, por intermédio da implementação do plano de Retirada Unilateral de Israel, cerca de 8.000 colonos deste país deixaram a Faixa de Gaza, um dos territórios reivindicados pelos palestinos. Na mesma época, a Cisjordânia (que possui 5.640 km² ante os 365 km² exibidos pela Faixa de Gaza) assistiu uma retirada tímida, centrada em quatro assentamentos (Kadim, Ganim, Homesh e Sa-Nur) que juntos representam fatia pouco expressiva do universo dos colonos israelenses que vivem neste território. A explicação para esta postura assimétrica por parte de Israel se desenha a partir de uma miríade de fatores, dentre os quais os recursos hídricos. Tal preferência já havia sido manifesta na ocasião dos Acordos de Oslo (1993), quando as áreas projetadas para a autonomia palestina se mostravam mais expressivas na Faixa de Gaza do que na Cisjordânia. O objetivo deste artigo é apresentar de que forma os recursos hídricos explicam a postura distinta por parte de Israel no que tange aos Territórios Palestinos Ocupados durante a Guerra dos Seis Dias (1967). Para tanto, o artigo baseia-se em uma metodologia dedutiva qualitativa e quantitativa, centrada em informações localizadas em um determinado íterim histórico. Tal escolha metodológica foi avaliada como ideal para compreender a adoção de determinados posicionamentos políticos israelenses evidenciados nos episódios dos Acordos de Oslo (1993) e Retirada Unilateral de Israel (2005).

Exaustivamente estudado em diversas dimensões, o conflito palestino-israelense tem, sobretudo na literatura em língua portuguesa, pouco peso dado à relevância dos recursos hídricos

no processo de negociação de paz. Este artigo trará, além desta introdução, outras quatro partes. A primeira fará um breve histórico que explica a formação territorial pós-1967, que é fundamental para o entendimento dos reclames territoriais palestinos como também para a compreensão do uso e da disponibilidade de água regional. A segunda parte aborda de maneira rápida e generalista os desafios trazidos pela questão hídrica. A terceira parte aborda justamente os dados e as grandes questões associadas ao uso e a disponibilidade de água nos Territórios Palestinos Ocupados e em Israel, com o foco na década de 1990. Como foi dito, o uso deliberado de dados históricos, que remontam às décadas anteriores, faz parte de uma escolha de ordem metodológica. Finalmente, a quarta parte contempla as considerações finais.

2 HISTÓRICO

O histórico de formação territorial de Israel e dos seus vizinhos se confunde com a disputa pelos recursos hídricos regionais. O ponto de partida deste resgate histórico é o período após a Guerra de Independência (1948), que opôs Israel à Transjordânia (atual Jordânia), o Egito, à Síria e ao Líbano. Em Maio de 1950, as fronteiras originadas a partir do armistício entre Israel e seus vizinhos árabes foram endossadas pelos Estados Unidos, França e Inglaterra no documento que ficou conhecido como Declaração Tripartite. Com a estabilização das fronteiras por intermédio do armistício, a Jordânia e Israel começaram a desenvolver projetos relativos à utilização dos recursos hídricos da bacia do rio Jordão. Contudo, a interpretação ambígua dos termos do armistício foi fonte de novas turbulências entre Israel e os seus vizinhos. De acordo com Lowi,

No início da década de 1950, tanto Israel quanto a Jordânia estavam engajados em formular e implementar unilateralmente seus planos de construção de uma política nacional em relação aos recursos hídricos, para desenvolver a capacidade de sua economia de absorver imigrantes e refugiados. Durante este período, aconteceram ações hostis e retaliações em áreas próximas às linhas de demarcação do armistício envolvendo Israel e seus vizinhos árabes. A área mais questionada era a do alto rio Jordão e a margem sudeste do lago Tiberíades (Kinneret). A discussão envolvia diferentes interpretações do status legal destas áreas. A Síria se opôs a eventuais planos israelenses de exploração ou desenvolvimento das áreas questionadas, enquanto a Jordânia, nação muito dependente das águas da bacia do rio Jordão, estava especialmente preocupada com a possibilidade de Israel desviar o fluxo da água a montante. (LOWI, 1995, p.79-80, tradução nossa).

Em 1952 Israel elaborou seu plano nacional para o abastecimento interno e desenvolvimento dos seus recursos hídricos, chamado de Plano dos Sete Anos (*SevenYearPlan*). Resumidamente, a ideia do plano consistia na construção de uma grande estrutura em rede que levaria a água de onde ela estivesse disponível até as áreas mais carentes do país (LOWI, 1995, p.49). Em termos práticos isto significaria conduzir a água da bacia do Jordão até a planície costeira densamente povoada e para o Negev, área mais carente de recursos hídricos do território israelense. Assim, a água da bacia do rio Jordão seria conduzida para áreas fora da bacia, o que contribuía para a deterioração das relações entre Israel e seus vizinhos árabes, pois estes últimos baseavam sua oposição ao projeto em um princípio de que a água de uma bacia transnacional não poderia ser desviada para além do seu interflúvio.

Dois projetos iniciais se tornaram motivo de grande controvérsia entre Israel e os seus vizinhos. O primeiro deles foi a drenagem do pântano do Lago Huleh, localizado no alto rio Jordão, próximo ao triângulo fronteiriço entre Israel, Síria e Líbano. O segundo foi o projeto de transferência de parte das águas do Alto rio Jordão de um canal que partia do sítio arqueológico de GesherBenotYa'aqov em direção às áreas fora da bacia (LOWI, 1995, p.80). Este desvio dava início ao projeto de uma grande rede de transporte de água que ainda existe em Israel e é chamada de *NationalWater Carrier* (LOWI, 1995, p.80). O desenvolvimento da rede de transporte de água em questão deu corpo as insatisfações e tensões regionais que ajudaria a construir o cenário para o conflito conhecido como Guerra dos Seis Dias (1967).

Em 1967, a partir da hesitação das nações árabes aliadas em adotar a estratégia militar como resolução das questões pendentes com Israel, a força aérea israelense as surpreendeu ao lançar um ataque preventivo e arrasador à força aérea egípcia. Entrando na guerra para apoiar o Egito, a Jordânia foi derrotada com facilidade, perdendo toda a margem ocidental do rio Jordão (Cisjordânia), então sob o seu controle. O Egito perdeu a Faixa de Gaza e a Península do Sinai, enquanto a Síria, que também participou dos combates contra as tropas israelenses, perdeu as colinas de Golã. Após a Guerra, Israel passou a ter controle sobre 42% da área de drenagem da bacia do rio Jordão, contra 25% que tinha antes de 1967 (JAGERSKOG, 2003, p.85). O *status quo post bellum* territorial é apresentado na Figura 1. É importante ressaltar que Israel passou a controlar as nascentes do alto rio Jordão, que os seus vizinhos árabes ameaçavam desviar como forma de retaliação a efetivação do projeto *NationalWater Carrier*.

Figura 1: Limites políticos após a Guerra dos Seis Dias (1967)

Fonte: BBC NEWS. Israel and the Palestinians: Key Maps

3 A QUESTÃO HÍDRICA

A gestão dos recursos hídricos tem ganhado relevância maior na agenda ambiental e econômica dos países, assim como na pauta de discussão dos processos de negociação entre países co-usuários de bacias transfronteiriças. Isto se deve ao fato de tais recursos estarem sofrendo pressão cada vez maior pela sua utilização, o que pode comprometer o equilíbrio de uma bacia hidrográfica. A água é um recurso fundamental, integrada a todas as atividades ecológicas e sociais, incluindo a produção de alimentos e energia, transporte, esgoto, indústria e saúde humana (GLEICK, 1998, p.79). O crescimento da população, a rápida urbanização, a expansão dos projetos de irrigação e o desenvolvimento industrial têm sido forças importantes que impulsionam a demanda por água. O desafio pode ser expresso em números:

Cerca de 40% dos alimentos do mundo vêm dos 17% das terras que são irrigadas (...) Aumentar a produção agrícola para satisfazer a população global em 2025 requer um volume adicional de 500 km³ de irrigação, que é um volume correspondente ao fluxo anual de 6 rios Nilo ou 28 rios Colorado (POSTEL, 2000a, p.942, tradução nossa).

Villiers (2002) destaca que o grande problema que envolve a questão hídrica é que a oferta do recurso não aumenta, uma vez que temos a mesma quantidade de água que existia na pré-história. É necessário fazer a ressalva que as fontes hídricas, apesar da água ser considerada um recurso natural renovável, podem estar sendo definitivamente comprometidas para o uso humano devido a sua má gestão (lançamento de esgotos, superexploração de aquíferos, contaminação de lençóis por agrotóxicos, dentre outros). Por outro lado, a demanda pela água continua crescente, o que indica que a crise pode ser uma questão de tempo, exigindo dos gestores dos recursos hídricos maior esforço para minimizar os efeitos da escassez no seio de cada sociedade. Bernauer (1997) organiza uma lista de possíveis consequências da má gestão, desenhando os contornos de um cenário negativo de uma crise maior que se avizinharia:

Ao longo das últimas décadas, rios, lagos e recursos subterrâneos têm sido contaminados pelos rejeitos químicos e biológicos. Milhões de pessoas tiveram o seu acesso restrito a água limpa para beber ou higiene, vindo a morrer devido a doenças relacionadas a água, incluindo a cólera, a malária e a tifoide. Projetos de desenvolvimento hídrico para a irrigação, controle do escoamento e para a geração de energia hidroelétrica eliminaram muitos pântanos, destruindo preciosos ecossistemas, desalojando populações locais e reduzindo a fertilidade da terra (BERNAUER, 1997, p. 155-156, tradução nossa).

Além dos desafios ressaltados, Thomas F. Homer-Dixon (1994) relaciona o colapso ambiental de um país à possibilidade de um conflito de ordem civil ou interestatal. Apesar de não descartar os efeitos do aquecimento global e do buraco na Camada de Ozônio, alguns problemas ambientais são vistos como preocupações mais imediatas e com consequências mais intensas:

Das grandes mudanças ambientais que estão diante da humanidade, a degradação dos solos, florestas, água e pescado contribuirão mais para a perturbação social do que as mudanças climáticas ou a destruição do ozônio estratosférico (HOMER-DIXON, 1994, p.3, tradução nossa).

Para buscar a associação entre os problemas ambientais (dentre eles a escassez de água) com a existência de conflitos violentos, Homer-Dixon (1994) parte de três hipóteses. A primeira é que a diminuição da oferta de recursos naturais controláveis como a água limpa e solos agricultáveis poderia provocar uma guerra por recursos entre países. Estudiosos ainda advertem

quanto ao problema: se a água também é uma fonte econômica e de força política, também pode conduzir a guerra (GLEICK, 1998, p. 84). A segunda hipótese de Homer-Dixon(1994) está associada aos grandes movimentos populacionais. Segundo o autor, as grandes migrações causadas pelo stress ambiental poderiam induzir a conflitos de choque de identidade, especialmente choques étnicos, à medida que pode colocar dois grupos culturalmente antagônicos em um mesmo espaço. A terceira e última hipótese é a de que uma falência ambiental severa poderia simultaneamente aumentar as limitações econômicas e colocar em xeque instituições sociais cruciais, o que estimularia insurgências e conflitos civis (HOMER-DIXON, 1994, p.2).

Para muitos estudiosos, as forças que fazem com que a água se torne uma fonte de rivalidade entre as nações são: a gravidade da escassez, o grau de compartilhamento do recurso entre dois ou mais países, o poder relativo entre os países de uma bacia e a facilidade de acesso destes países a fontes alternativas (GLEICK, 1998, p.84). Por esta razão, há de se levar em conta o fato de que a maior parte das bacias hidrográficas é transnacional, o que confere uma necessidade de gestão compartilhada dos recursos hídricos entre os Estados co-usuários. Fischhendler (2008) argumenta que a dificuldade em criar uma regulamentação nas bacias hidrográficas tem conduzido muitas nações a desenvolver projetos de forma unilateral, enquanto que Ravnborg (2004) considera que regras mais claras sobre o uso da água poderiam reduzir a possibilidade de conflitos relacionados à disputa hídrica. Contudo, a autora em questão adverte que tais regras são difíceis de tornarem-se claras.

Uma vez contemplado o breve histórico conflituoso regional e o desafio do compartilhamento de recursos hídricos transfronteiriços, será apresentado no próximo tópico as questões associadas à oferta e ao consumo de água entre Israel e os Territórios Palestinos Ocupados, contemplando um período historicamente apto para atender a abordagem deste artigo.

4 RECURSOS HÍDRICOS EM ISRAEL E NOS TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS

O Oriente Médio, subcontinente asiático onde se localiza Israel, enfrenta graves problemas com a falta de água. PERES (1994:160) se refere à questão da baixa oferta neste trecho:

Atualmente são quatro os motivos principais para a escassez de água na região: Fenômenos naturais, o rápido crescimento populacional, a exploração predatória do meio ambiente e o mal planejamento. A natureza não abençoou o Oriente Médio com mananciais de água doce. O índice pluviométrico é baixo em relação ao da Europa, as secas são frequentes e existem poucos rios. Segundo muitos cientistas, as secas se intensificarão no futuro próximo (PERES, 1994, p.160).

A água é um elemento bastante influente no conflito entre palestinos e israelenses. Este conflito, que há muito tempo se arrasta, é, dentre uma miríade de fatores, mantido pela impossibilidade de Israel conceder todas as reivindicações palestinas, sem que isto represente um dano significativo a sua economia, bastante dependente da disponibilidade de água de territórios ocupados militarmente após a Guerra dos Seis Dias (1967). Os Acordos de Oslo(1993) determinaram algumas áreas de autonomia palestina no interior dos territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. A concessão destas áreas de autonomia tornou explícito o maior interesse de Israel pela Cisjordânia, sendo que, neste território, se encontra parte expressiva do fornecimento hídrico israelense. A retirada dos colonos da Faixa de Gaza, realizada em 2005, endossa nossa percepção dos diferentes valores estratégicos dos Territórios Palestinos Ocupados para a geopolítica israelense.

Israel é bastante dependente dos seus recursos hídricos subterrâneos, sendo que destes, os aquíferos espalhados pelo seu subsolo são muito importantes para o seu abastecimento hídrico. Stephan Libiszewski retrata a maior importância dos recursos hídricos subterrâneos para Israel e seus territórios:

Rios e lagos são os recursos mais visíveis da região, mas não conseguem cobrir toda a demanda de Israel e dos territórios palestinos ocupados. Em todas estas áreas, mais de 50% dos recursos renováveis disponíveis são de água subterrânea. No caso dos palestinos, este tipo de recurso representa quase a totalidade do atual consumo (LIBISZEWSKI, 1995, p.9).

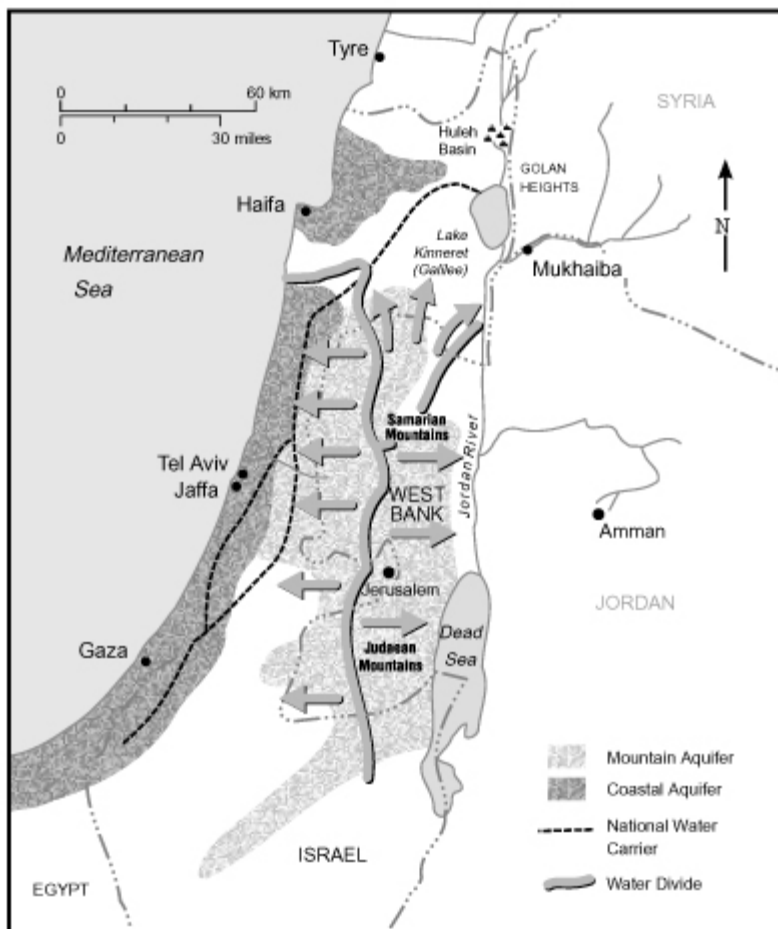
Os recursos de superfície estão localizados principalmente à leste e à nordeste de Israel, destacando-se o Mar Morto, os rios Jordão, Litani e Yarkon, o lago Kinneret e a região conhecida como Colinas de Golã, que é motivo de disputa com a Síria. Os recursos israelenses concentrados à leste do país estão localizados em áreas de intensa ocupação humana e desenvolvimento

industrial, o que compromete a utilização destes para fins domésticos devido ao despejo de esgoto e rejeito industrial. Um dos grandes problemas de Israel referente aos recursos de superfície é o fato de que quase em sua totalidade são formados por canais fluviais transnacionais. Isto pode ser atribuído em parte pela pequena extensão territorial do país, principalmente no sentido longitudinal. Os recursos de sub-superfície, mais significativos, se dividem praticamente em dois grandes conjuntos de aquíferos. O primeiro deles é o Aquífero da Costa (armazenados em arenito), que se localiza ao longo do litoral israelense. Parte do Aquífero da Costa está sob o subsolo da Faixa de Gaza. O segundo conjunto de aquíferos é chamado de Aquífero da Montanha (armazenados em calcário). Este conjunto é o mais importante e alvo das maiores disputas por apresentar um expressivo volume e exibir água livre de condições adversas como a poluição e salinidade. Sua localização geográfica é exibida na Figura 2.

A maior importância do Aquífero da Montanha para Israel se deve também ao fato de que muitos aquíferos litorâneos, tal como o Aquífero da Costa, possuem salinidade excessiva. Este caráter salino é proporcionado por alguns fatores, sendo que o principal deles é o excesso de bombeamento de suas águas, que caracteriza uma superexploração. Nesta situação, o nível da água no interior do aquífero diminui e a pressão que a água exerce se torna menor dentro da rocha, permitindo a intrusão de água salgada e outros resíduos externos. No caso dos aquíferos da Faixa de Gaza, a alta salinidade é resultante da conjunção de dois fatores que são: a proximidade geográfica com o Mar Mediterrâneo e o excesso de bombeamento. Este último também está ligado à falta de infraestrutura social e ao manejo de técnicas arcaicas de exploração. Libiszewski salienta sobre a precariedade social e hídrica da Faixa de Gaza:

Com mais de 2000 pessoas por Km², a Faixa de Gaza é uma das áreas mais densamente povoadas do mundo. A situação hidrológica é muito crítica uma vez que a Faixa de Gaza não possui recursos hídricos de superfície abundantes. A chuva ocorre apenas nos meses de inverno com médias de 400mm por ano no norte e 200mm por ano na parte sul da faixa. Por não possuir rios permanentes, a Faixa de Gaza depende da queda de chuva na sua superfície, de modo que ela possa infiltrar no seu subsolo(...)

(...) Desde que os palestinos conseguiram alguma autonomia, a situação piorou. Atrasos nos projetos de preservação e exploração, associados a péssima situação econômica, levam a escavação incontrolada dos agricultores, colaborando para a degradação do aquífero (LIBISZEWSKI, 1995, p.6).

Figura 2: Localização dos Aquíferos da Montanha e da Costa

Fonte: Lonergan e Brooks (1994)

A tabela 1 apresenta números a respeito da disponibilidade hídrica israelense. Os dados em questão reforçam a maior importância do Aquífero da Montanha para Israel. Em 1972, cerca de 39,86% de toda a disponibilidade hídrica israelense era proveniente do Aquífero da Montanha, situado principalmente no subsolo da Cisjordânia. Em 1990, mesmo com todo o esforço para a diversificação dos seus recursos hídricos (incluindo neste esforço o aumento da reutilização da água e captação da água proveniente da precipitação), o Aquífero da Montanha respondia por 29,47% do montante total da oferta de água israelense. Considerando os desdobramentos dos Acordos de Oslo (1993) e a implementação do Plano de Retirada Unilateral de Israel (2005), é

plausível considerar como clara a maior importância estratégica atribuída por Israel ao território da Cisjordânia do que aquela que é atribuída à Faixa de Gaza.

Tabela1: Disponibilidade hídrica israelense em 1972 e em 1990

Recurso	1972(em milhões de m ³)	1990(em milhões de m ³)
Total dos recursos subterrâneos	830	840
Aquífero da Costa(arenito)	240	230
Aquífero da Montanha(calcário)	590	610
Total dos recursos de superfície	610	650
Bacia do Jordão	570	570
Escoamento e água estocada	40	80
Total da água reciclada	39	360
Doméstica	35	300
Industrial	4	60
Total da água salobra	Não disponível	180
Na agricultura	Não disponível	150
Na indústria	Não disponível	30
Total da água desalinizada	1	40
Total Geral	1480	2070

Fonte: McDonald and Kay (1988), Beaumont (1989), Kolars (1992), and Lowi (1992) in Lonergan & Brooks (1994:43).

É importante destacar que existem grandes diferenças entre o consumo de água dos israelenses e palestinos, tanto quanto ao volume consumido quanto ao setor da economia no qual o recurso é destinado. Assim como na maioria dos países do mundo, o setor agrícola é o que mais consome água tanto em Israel quanto nos Territórios Palestinos Ocupados. Contudo, no início da década de 1990, poucos anos antes dos Acordos de Oslo (1993), a importância econômica da

agricultura para a economia da Cisjordânia e da Faixa de Gaza se mostrava maior, situação apresentada pelos dados trazidos pela tabela 2:

Tabela 2: Contribuição econômica da agricultura para Israel, Cisjordânia e Faixa de Gaza (1990 e 1991)

	Israel	Cisjordânia	Gaza
Mão de obra empregada na agricultura	3,5%	12,2%	18,5%
Contribuição da agricultura no PIB	2,3%	22,2%	16,7%

Fonte: Israel, Central Bureau of statistics (1992) in Lonergan & Brooks(1994:75).
Dados de Israel são de 1991 e dos territórios ocupados de 1990.

Lonergan e Brooks (1994) traçam um raciocínio sobre este tema, considerando a grande quantidade de água empregada na agricultura e o pequeno retorno econômico proporcionado por este setor em Israel:

Cerca de 2/3 de toda a água em Israel é utilizada na agricultura, assim como acontece na média mundial. Muitos países do Oriente Médio usam mais de 80% de sua água na irrigação(...)

(...) A agricultura representa 4% da força de trabalho, 2,3% do PIB e 5,4% das exportações. Há um declínio proporcional do emprego na agricultura em razão da queda da importância deste setor para a economia israelense(...)

(...) Onde Israel difere dos demais países do Oriente Médio é na sua orientação de desenvolvimento econômico para os serviços e indústrias em setores “high tech” (LONERGAN E BROOKS, 1994, p.75).

Por esta razão existe uma disputa política em Israel no que se refere à distribuição da água disponível pelos setores. Alguns políticos não compreendem como tanta água é oferecida ao setor agrícola, sem o devido retorno financeiro. Marq de Villiers (2002) aborda esta questão neste trecho:

Por volta de 1980 a dinâmica política havia mudado. A política das águas e a população urbana, que crescia rapidamente, impunha novas prioridades. Já não se dava aos agricultores tudo o que eles queriam(quantidade de água). Era melhor usar a água para a manufatura de bens, que podiam então ser vendidos por moeda forte e comprar comida (VILLIERS, 2002, p.268-269).

Existem alguns produtos agrícolas que precisam ser intensamente irrigados. Ao longo das últimas décadas estes produtos estão parando de ser produzidos em Israel e estão sendo importados da Europa e de países tropicais. Em contrapartida, alguns outros cultivos estão sendo implantados, como aqueles que são resistentes à água salobra. Enquanto Israel quer retirar a água da agricultura, os palestinos querem maiores quantidades de água neste setor. Israel, que controla a captação e distribuição de água da Cisjordânia, vem limitando a quantidade de água destinada aos palestinos. Desde a anexação dos territórios em 1967, o aumento da oferta para os palestinos foi mínimo (LONERGAN e BROOKS, 1994). Isto pode ser atribuído ao fato da expressiva dependência de Israel das águas da Cisjordânia, como mostra a tabela 3:

Tabela 3: Distribuição das águas da Cisjordânia (1993 e 1995)

	Em milhões de m ³ por ano	Em %
Israel (1995)	413	65
ColonosIsraelenses (1995)	50	8
Palestinos (1993)	110	17
Semuso (1993)	58	9

Fonte: Assaf, Karen; Al Khatib, Nader; Kally, Elisha; Shuval, Hillel (1993): A Proposal for development of a regional water master plan. Israel/ Palestine Center of research and information – IPCRI: Jerusalém in Libiszewski (1995).

Assim, cruzando as informações das tabelas 1 e 3 podemos inferir que, em meados da década de 1990, cerca de 1/3 das águas utilizadas por Israel são oriundas da Cisjordânia ao mesmo tempo em que 73% de toda água do território reivindicado pelos palestinos em questão é destinada aos israelenses. Outro dado que chama a atenção para o território da Cisjordânia é o percentual de terra irrigada. De acordo com Libiszewski (1995), apenas 6% das terras cultiváveis são irrigadas na Cisjordânia. Isto significa que o território possui um grande potencial para expansão de suas áreas irrigadas. Comparativamente, na Faixa de Gaza, 60% das áreas de cultivo são irrigadas. A capacidade de expansão das áreas irrigadas implica em um grande potencial para o aumento do consumo de água, o que não é interessante para Israel. Neste particular, no início

dos anos 1990, o cenário de autonomia palestina Faixa de Gaza representava para Israel um risco muito menor ao seu fornecimento hídrico do que um cenário que colocasse a Cisjordânia controlada pelos palestinos.

O fornecimento de água para o território da Cisjordânia é bastante complicado para Israel. A altitude média deste território é bem maior do que a do território israelense. Esta situação encarece o fornecimento devido a necessidade de bombeamento da água, que consome energia. Por outro lado, o relevo acidentado não influi no fornecimento hídrico da Faixa de Gaza, que se situa em uma planície litorânea. Lonergan e Brooks(1994) associam o preço da água à topografia e à distância:

Atualmente, Israel utiliza 12% de sua eletricidade para bombear água(...)
(...)Boa parte desta energia é utilizada para bombear a água do lago Kinneret, que está a 209 metros abaixo do nível do mar para o N.W.C, que opera ao nível do mar e acima deste nível. Estimativas sugerem que 1/3 da eletricidade urbana é usada para o tratamento e bombeamento de água(...)
(...) Em contraste com a população israelense, que é concentrada ao longo da costa, a população palestina é, com exceção de Jericó, concentrada em planaltos, o que aumenta o custo do bombeamento (...)
(...)Israel gasta entre 1 a 3 KWH para transportar cada metro cúbico de água. Para os piores casos(maiores distâncias e elevações), o metro cúbico de água pode custar 10KWH (LONERGAN e BROOKS, 1994, p.69).

Existe um outro fator que compromete o fornecimento da Cisjordânia. Os palestinos não se concentram em grandes centros urbanos. Estando distribuídos em pequenas aldeias e em campos de refugiados que dificilmente ultrapassam 30.000 habitantes, o abastecimento de água encarece sensivelmente, devido a necessidade de implantação de um verdadeiro emaranhado de tubos espalhados pelo território para suprir estas comunidades. No caso da Faixa de Gaza, a distância não é um problema tão grande, já que o território não possui mais do que 400 Km² de área.

É plausível admitir a possibilidade da formação de um Estado palestino formado a partir dos Território Palestinos Ocupados em que os colonos israelenses não sejam retirados da Cisjordânia. Esta plausibilidade se deve ao fato de que, em 2005, durante a implementação do Plano de Retirada Unilateral Israelense (que contemplou principalmente a Faixa de Gaza), ocorreu muito desgaste político para o governo de Israel. A população de colonos israelenses é composta, em expressiva maioria, por judeus ultra-ortodoxos, que reúnem motivações topofílicas

e religiosas para permanecerem onde estão. Assim, a ideia da construção de corredores ou de enclaves judaicos em meio ao território palestino não chega a ser absurda. Neste cenário, é plausível também considerar que os colonos da Cisjordânia parem de receber a água proveniente deste território e passem a ser servidos por recursos israelenses. Neste caso, a Cisjordânia é um grande entrave para as pretensões de formação do Estado palestino, já que, segundo os dados contidos na Tabela 3, os 120.000 colonos que habitam este Território Palestino Ocupado consomem 8% de todos os recursos hídricos disponíveis. Se Israel fornecer água para estes colonos, o fornecimento será bastante custoso, já que os colonos moram em pequenas comunidades, espalhadas por quilômetros de distância e a uma altitude média elevada (que implica em maior gasto de energia).

O consumo de água para o uso doméstico é uma grande preocupação para Israel e para todo o mundo. É quase impossível reduzir o consumo de água para esta finalidade, pois a manutenção do crescimento demográfico em alto patamar é uma realidade regional. Em Israel, este crescimento permanece em elevadas taxas principalmente devido a movimentos migratórios. O último grande surto migratório de judeus ocorreu na desestruturação da União Soviética (1991), quando os judeus soviéticos, no momento de crise, imigraram para Israel em um expressivo número.

Israel já provou que em anos de baixa disponibilidade (secas prolongadas) é possível diminuir ou estabilizar o consumo de água nos setores industrial e agrícola. O mesmo não pode ser dito em respeito ao consumo doméstico. Apesar da realização de campanhas israelenses de redução de consumo como a “*Don't Waste a Drop*” e de taxas cobradas por consumo acima da média, este é um setor que apresentou um aumento do consumo de forma quase constante de 1958 a 1991 (LONERGAN E BROOKS, 1994).

Os palestinos e israelenses apresentam taxas de crescimento sensivelmente distintas. Segundo LIBISZEWSKI(1995:21), em 1994, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia apresentavam juntas um crescimento anual de 3,2% e um tempo de duplicação da população de 22 anos. Os dados de Israel para o mesmo ano eram de um crescimento anual de 2,6% e um tempo de duplicação de 27 anos. As questões demográficas possuem um peso considerável na estratégia geopolítica, sendo plausível que tenham sido levadas em consideração na ocasião dos Acordos de Oslo (1993) e no Plano de Retirada Unilateral de Israel (2005). A dimensão demográfica também

torna o valor estratégico da Cisjordânia maior do que o da Faixa de Gaza, como traz a argumentação de Lonergan e Brooks (1994):

Um Estado palestino na Cisjordânia, incluindo Jerusalém oriental, pode adicionar de 750.000 a 1.000.000 de palestinos às estatísticas, a maioria deles oriundos de campos de refugiados(da própria Cisjordânia, Faixa de Gaza, Jordânia, Líbano e Síria)(...)

(...)20.000 novas casas podem vir a ser construídas nas terras altas do leste da Cisjordânia em cada um dos primeiros cinco anos após uma provável independência da Palestina. Isto atenderia a uma demanda de 600.000 pessoas que vivem em condições sub-humanas nos campos de refugiados em Israel e na Jordânia. Embora a construção destas casas não venha refletir em aumento populacional em um primeiro momento, melhoraria muito a qualidade de vida desta população e implicaria no aumento do consumo de água (LONERGAN e BROOKS, 1994, p.99).

Fica claro, pelo exposto, que a criação da Palestina no território da Cisjordânia implicaria em reduções drásticas no abastecimento hídrico de Israel, pois além dos fatores até aqui mencionados, os palestinos seriam alçados à posição de co-usuários das águas do Mar Morto. Desta forma, toda a intrincada diplomacia que foi necessária para que o Tratado de Paz entre a Jordânia e Israel (1994) sê-lo-ia em vão. O tratado conta com um anexo específico sobre o compartilhamento das águas da Bacia do rio Jordão entre Israel e Jordânia e sofreria forte pressão para que os seus termos fossem revistos.

Mesmo na década de 1990, a ideia de concessão de autonomia plena dos palestinos no território da Cisjordânia já era fortemente dimensionada como a causa de um problema futuro associado ao abastecimento hídrico. Moore (1992) *apud* Lonergan e Brooks (1994), apresenta números referentes a duas hipóteses. No ano de publicação de sua obra, ele projetou o consumo de água e o aumento da população em dois possíveis cenários para o ano de 2000. O primeiro cenário era o de impasse nas negociações entre palestinos e israelenses ao passo que o segundo cenário é o de um possível estado palestino independente. Ambos cenários são apresentados nas tabelas 4 e 5:

Tabela 4: Primeiro cenário: A manutenção do *status quo*

Território	População em milhares	Uso total da água(milhões de m ³)	Uso doméstico <i>per capita</i> da água
Israel	7040	2044	104
Cisjordânia	1330	150	50
Faixa de Gaza	921	50	Sem dados

Fonte: Moore(1992) *apud* Lonergan & Brooks(1994:83)

Tabela 5- Segundo Cenário: A Palestina Independente

Território	População em milhares	Uso total da água(milhões de m ³)	Uso doméstico <i>per capita</i> da água
Israel	7040	2044	104
Cisjordânia	1737	476	80
Faixa de Gaza	1202	80	Sem dados

Fonte: Moore(1992) *apud* Lonergan & Brooks(1994:83)

No segundo cenário exposto pela tabela 5, o consumo total palestino é quase três vezes maior do que no cenário anterior. Considerando a disponibilidade de Israel, Faixa de Gaza e Cisjordânia como sendo um pouco superior a 2 bilhões de m³ ao ano, este cenário seria praticamente insustentável. Um consumo de 476 milhões de m³ por ano na Cisjordânia provavelmente implicaria na utilização de parte significativa da disponibilidade do Aquífero da Montanha. Israel perderia deste modo cerca de 1/3 de sua disponibilidade e teria que substituir a perda destes recursos por fontes mais caras, o que atingiria sua economia.

A diáspora palestina em um cenário de independência parece se tornar ainda mais provável se analisarmos a quantidade de palestinos morando nos campos de refugiados nos Territórios Ocupados assim como os palestinos que moram em países vizinhos. Segundo Boustani e Fargues citados por Yazbek(1995, p.23) “são mais de 1,5 milhão de palestinos na Jordânia, 600.000 no Líbano, 400.000 no Kuwait e 300.000 na Síria”. Como minorias étnicas em muitos destes países, é provável que os palestinos sofram algum tipo de discriminação e que não tenham as mesmas oportunidades que os demais cidadãos. Nesta situação, é plausível admitir que

estes palestinos que moram no estrangeiro venham imigrar para a Cisjordânia independente. A Faixa de Gaza provavelmente não seria o território mais procurado pelos que desejam morar em um estado palestino internacionalmente reconhecido. A falta de infraestrutura social e carências no que diz respeito ao manejo dos recursos hídricos, inibiriam a imigração. É esperado ainda que na Faixa de Gaza haja uma maciça emigração, com o deslocamento de grandes contingentes populacionais para a Cisjordânia. Estas pessoas estariam em busca de uma melhor qualidade de vida.

Como foi dito, a demanda de água na Cisjordânia e na Faixa de Gaza é praticamente a mesma desde 1967, quando Israel anexou os dois territórios respectivamente da Jordânia e do Egito. O controle dos recursos hídricos destes territórios é executado por intermédio de uma intensa vigilância militar. Existem muitas medidas tomadas pelos israelenses para restringir o uso palestino dos recursos hídricos da Cisjordânia, já que neste território há um excedente hídrico a ser utilizado, o que não ocorre na Faixa de Gaza. Libiszewski (1995) se refere a estas medidas como ordens militares, onde o exército é encarregado de verificar o seu cumprimento. Lonergan e Brooks (1994) preferem se referir a estas medidas com a utilização do termo “políticas”. Os autores citam as de maior impacto para os palestinos da Cisjordânia:

Nenhum árabe palestino ou vila árabe recebe a permissão de furar um novo poço para a utilização de água em propósitos agrícolas. Alguns podem ser furados para a obtenção de água para o uso doméstico;

Palestinos apenas estão autorizados a cavar poços rasos, por volta de 70m de profundidade. Enquanto isto, a Mekorot¹ prefere escavar em profundidades de 300 a 400m, para pegar um fluxo maior de água e em melhor qualidade. Os poços da Mekorot rendem cerca de 750.000 m³ por ano, enquanto que os poços dos palestinos rendem apenas 13.000 m³;

O aumento do consumo de água entre os setores só pode ser efetuado a partir dos atuais volumes consumidos do recurso, cabendo apenas a transferência de volumes de um setor para o outro. Apesar do interesse da agricultura palestina em aumentar o consumo, desde 1968 as alocações estão congeladas no mesmo nível em que estavam, com apenas uma pequena margem de crescimento;

Os palestinos da Cisjordânia não estão autorizados a usar a água com propósitos agrícolas após as 4 horas da tarde. Isto porque o fim de tarde e durante a noite são os horários mais sensatos para a irrigação em regiões áridas;

O reflorestamento é proibido em áreas de recarregamento de aquíferos, com a exceção de lotes privados, para promover o escoamento máximo e deste modo

¹ Autarquia israelense que administra a captação e a distribuição de água.

recarregar o aquífero com a máxima intensidade possível (LONERGAN E BROOKS, 1994, p.130).

Todas estas medidas tomadas por Israel em relação aos recursos hídricos são aplicadas no território da Cisjordânia. Não havia antes do Plano de Retirada Unilateral Israelense (2005) uma preocupação tão séria na preservação dos recursos hídricos da Faixa de Gaza, fato plausivelmente explicado por dois motivos: o primeiro é a grave deterioração em que já se encontram os recursos deste território; o segundo era a proporcionalmente pequena quantidade de colonos israelenses que moram na Faixa de Gaza (cerca de 8.000 na ocasião da retirada de 2005).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Acordos de Oslo (1993) mostraram, por intermédio da distribuição das áreas de autonomia palestina, a maior preocupação estratégica israelense em relação ao território da Cisjordânia frente à Faixa de Gaza. Enquanto a Faixa de Gaza passou a apresentar significativa proporção de seu território destinado ao controle palestino, a Cisjordânia apresentaria na ocasião vastas áreas sob o controle exclusivo de Israel. Na ocasião do Plano de Retirada Unilateral de Israel (2005), ainda que quatro colônias israelenses tenham sido desmanteladas na Cisjordânia, a maioria esmagadora da retirada de israelenses centrou-se na Faixa de Gaza, que reuniam na ocasião cerca de 8.000 colonos.

Assim, tornar-se-ia posição panglossiana para a perspectiva palestina a consideração de um desfecho que garantisse a este povo sem Estado a plena autonomia do território da Cisjordânia. Em um cenário otimista para os palestinos, há de se considerar uma séria tratativa acerca do compartilhamento dos recursos hídricos do subsolo da Cisjordânia, cujo resultado esperado, em função das demandas israelenses, seja uma situação o mais próxima possível do *status quo* pós-1967. Esta perspectiva se baseia no fato de que a dependência israelense dos recursos hídricos do Aquífero da Montanha adquiriu um status simbiótico. Neste cenário, o domínio exercido sobre o território da Cisjordânia e dos seus recursos hídricos é a garantia israelense de que o consumo de água dos palestinos não irá aumentar, o que poderia, por outro lado, acarretar na diminuição da oferta de água destinada aos israelenses.

É importante destacar que todo conflito geopolítico é extremamente complexo de modo que seria um ato de ingenuidade considerar que somente um fator explica determinados posicionamentos políticos. Contudo, as premissas trazidas por este artigo informam que, ao lado de uma miríade de variáveis que possam ser estudadas na dimensão do conflito-palestino israelense, os recursos hídricos se apresentam como causa importante do distinto posicionamento político de Israel frente aos territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNAUER, T. Managing International Rivers. In: YOUNG, O. (Org.) **Global Governance: Drawing insights from the environmental experience**. London: MIT Press, 1997.

FISCHHENDLER, Itay. Ambiguity in transboundary environmental dispute resolution: The Israeli-Jordanian Water agreement. **Journal of Peace Research**, Los Angeles, v. 45, n. 1, p.91-109, 2008.

GLEICK, Peter H. In: GLEICK, Peter H., *The World's Water 1998-1999*. Washington D.C.: Island Press, 1993, p. 105-135.

HOMER-DIXON, Thomas. **Environmental scarcities and violent conflict: Evidence from cases**. International security, ed.19(1), p.5-40, 1994.

JAGERSKOG, Anders. **Why states cooperate over shared water: The water negotiations in the Jordan River Basin**. Linköping: Linköping University, 2003.

LIBISZEWSKI, Stephan. **Water disputes in the Jordan basin region and their role in the resolution of the Arab-israeli conflict**. Zurich: Center for security policy and conflict research, 1995.

LONERGAN, Stephan; BROOKS, David. **Watershed: The role of fresh water in the Israeli-Palestinian conflict**. Ottawa: International Development Research Centre, 1994.

LOWI, Miriam R. **Water and Power**. The politics of a scarce resource in the Jordan River Basin. New York: Cambridge University Press, 1995.

PERES, Shimon. **O novo Oriente Médio**. Rio de Janeiro, RelumeDumará, 1994.

POSTEL, Sandra L. Entering an Era of Water Scarcity: The Challenges Ahead. **Ecological Applications**, Washington, v.10, n. 4, p. 941-948, Aug. 2000.

RAVNBORG, HelleMunk. **Water Conflict – lessons learned and options available on conflict prevention and resolution in water governance.** Copenhagen: DanskInstitut for InternationalStudier, 2004.

VILLIERS, Marq de. **Água: como o uso deste valioso recurso natural poderá acarretar a mais séria crise do século XXI.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

YAZBEK, Mustafa. **Palestinos em busca da pátria.** São Paulo: Ática, 1995.